

Juro elevado faz subir dívida pública de 11% para 15% do PIB

por Cesar Faccioli
do Rio

A dívida interna pode pular de 11 para 15% do Produto Interno Bruto (PIB), na esteira da política de juros reais elevados praticada em 1989. A advertência é do próprio ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que no entanto garantiu no encontro de ontem com representantes dos bancos de investimento que o patamar atual dos juros será mantido até o final do mandato.

“Os custos para o Tesouro Nacional dos juros altos são pesados”, reconhece o ministro, para logo em seguida dizer que “estes custos são infinitamente menores que aqueles decorrentes da hiperinflação, a total desorganização do sistema de preços e da própria atividade econômica”.

O ministro comparou a dívida interna brasileira com a de países como a Itália, onde ela chega a 150% do PIB, para dizer que o crescimento “preocupa, mas não chega a assustar”.

O ministro negou, contudo, que os juros altos sejam a única defesa contra a hiperinflação. Mais uma vez, desde que iniciou em julho os encontros com empresários, economistas e sindicalistas, o ministro assegurou que outras variáveis importantes, como a base monetária, os gastos do governo e as reservas internacionais, estão sob controle.

Os juros altos não trarão problemas sérios para o próximo governo, a ponto de obrigá-lo a um confisco na dívida pública, como começa a ser cogitado no mercado financeiro. “O Te-

souro não tem tido maiores problemas na colocação de títulos públicos, o deságio dos leilões tem se mantido em patamares razoáveis e não há por que acreditar que o quadro se deteriore”, argumentou.

A retomada do pagamento aos credores internacionais, depois do atraso da parcela que vence em setembro acertado com o comitê dos bancos, não tem prazo definido. Desmentindo que o prazo da prorrogação obtida seja de 90 dias, o ministro negou que o acertado tenha sido o adiamento da conta para o próximo governo. “Se as reservas internacionais permitirem — os últimos dados disponíveis dão conta de US\$ 5,6 bilhões — os pagamentos serão retomados ainda neste mandato”, garantiu.

O montante vencendo no

próximo dia 15 é de US\$ 1,6 bilhão, e não de US\$ 2,3 bilhões, conforme vinha sendo noticiado. A redução dos juros internacionais desde a feitura da projeção é a responsável pela diferença favorável ao País. O ministro destacou como causa do atraso a não liberação de US\$ 3 bilhões previstos para este ano por credores privados e organismos multilaterais. Os elogios ao desempenho brasileiro na década de 80, contidos no último relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), não impressionaram o ministro: “É um trunfo muito pequeno: negociações não dependem de elogios. Todos concordam com a redução da dívida, mas credores e devedores sabem que ela não vem sem duros ajustes”, advertiu.